



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL**

Presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Despacho - NOVACAP/PRES

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2022.

Ao Departamento de Compras - DECOMP,

Senhor Chefe,

Versam os autos de certame processado sob o Regime Diferenciado de Contratação Integrada, que tem como objeto a *"elaboração de Estudos Técnicos, Elaboração de Projetos Básicos e Executivos, Execução das Obras de readequação e Manual de Operação, Uso e Manutenção da rodovia DF-011, denominada Estrada Parque Indústrias Gráficas - EPIG, incluindo implantação de faixa exclusiva para ônibus no sistema BRT (Bus Rapid Transit), viadutos, estações BRT, passagens para pedestres, infraestrutura e demais serviços e operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto."*

A Comissão Especial de RDCI, por meio do Relatório SEI-GDF n.º 40/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF n.º [78921597](#)), sugeriu **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso Administrativo interposto pelo Consórcio BRT EPIG, por entender que *"os argumentos trazidos em sede recursal não servem para retratação da anterior decisão exarada por esta Comissão Especial de RDCI."* (Doc. SEI/GDF n.º [77199494](#), n.º [77423886](#) e n.º [77840587](#)).

Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Departamento de Compras, mediante o Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF n.º [54790334](#)), para decisão acerca dos recursos interpostos pelas licitantes, conforme preconiza o artigo 124 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

Na sequência, os autos foram submetidos à Diretoria Jurídica, nos termos do Despacho - NOVACAP/PRES (Doc. SEI/GDF n.º [79055448](#)), a qual, mediante o **Parecer SEI-GDF n.º 91/2022- NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (Doc. SEI/GDF n.º [80228467](#))**, aprovado pelo Diretor Jurídico, nos termos do Despacho - NOVACAP/PRES/DJ (Doc. SEI/GDF n.º [80230037](#)), se manifestou nos seguintes termos:

(...)

*17. Apesar do caso concreto abordado pelo Parecer ter ocorrido durante o processamento de uma Concorrência, modalidade regida pela Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 12.462/2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, aproximou-se do rito do pregão ao prever que, diferentemente das modalidades licitatórias tradicionais contidas na Lei nº 8.666/1993, o julgamento ocorre antes da habilitação, bem como que a adjudicação deve ser realizada antes da homologação. O art. 27 do diploma legal, por sua vez, dispõe que:*

*Art. 27. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá uma fase recursal única, que se seguirá à habilitação do vencedor. [\(Vide Lei nº 14.133, de 2021\)](#). [Vigência](#)*

Parágrafo único. Na fase recursal, serão analisados os recursos referentes ao julgamento das propostas ou lances e à habilitação do vencedor.

18. É importante destacar que o edital em questão não aplicou a inversão de fases facultada pelo art. 12, parágrafo único, da Lei nº 12.462/2011. **Por conseguinte, é possível que o Senhor Presidente (autoridade superior neste caso) lance mão de diligência com o intuito de sanear a falha procedimental em questão e preservar a proposta economicamente mais vantajosa para a Administração Pública com arrimo no art. 24 da Lei do RDC, segundo o qual:**

Art. 24. Serão desclassificadas as propostas que:

(...)

V - apresentem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, **desde que insanáveis.**

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação **à proposta mais bem classificada.** (grifamos)

19. **Caso o CONSÓRCIO MC apresente a(s) entidade(s) preferencial(is) que irá subcontratar, nos termos do art. 27, §2º, da Lei distrital nº 4.611/2011 e do art.9º, §10, do Decreto nº 35.592/2014, o recurso ora sob apreciação deverá ser improvido.**

20. Avançando na análise, o CONSÓRCIO BRT EPIG apresentou ainda dois outros questionamentos em seu recurso administrativo, quais sejam, o não atendimento ao item 12.3 do edital e o não atendimento ao item 12.10.4 do edital.

21. Quanto ao primeiro deles, pode ser facilmente rechaçado, uma vez que a simples leitura da documentação habilitatória ([76377712](#) - págs 28, 29, 31 e 33) demonstra que a Comissão de Licitação decidiu de forma acertada.

22. No que tange ao segundo questionamento, argumenta o Consórcio recorrente que "foi solicitado a apresentação da certidão de Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA. As duas consorciadas (Marquise e COMSA) apresentaram as certidões das empresas e de todos os profissionais responsáveis técnicos ou do quadro técnico, porém para a Construtora Marquise não foram apresentadas as certidões de dois profissionais: MARCIO FABIO PEREIRA SERRA e RICARDO BARBOSA NUNES".

23. Todavia, o item 12.10.4 do edital do certame assim dispõe:

12.10.4.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

12.10.4.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, tendo as seguintes características mínimas:

24. Percebe-se, portanto, que não houve no edital qualquer exigência sobre qualificação técnico-profissional, limitando-se a apontar a necessidade de comprovação de qualificação técnico-operacional pela licitante, a qual foi

demonstrada pelo CONSÓRCIO MC. Assim, sob esse aspecto, o recurso também merece ser improvido.

### III - Conclusão

25. Ante o exposto, após a análise adstrita aos aspectos jurídicos, conclui-se que:

a) os questionamentos 2.2 e 2.3 apresentados pelo CONSÓRCIO BRT EPIG ([78017684](#)) devem ser rechaçados, conforme motivos demonstrados nos itens 20 a 24 deste parecer.

b) No que tange ao item 2.1 do Recurso, recomenda-se, com respaldo no art. 24 da Lei nº 12.462/2011, que o Senhor Presidente lance mão de diligência com o intuito de requerer que o CONSÓRCIO MC apresente a(s) entidade(s) preferencial(is) que irá subcontratar, nos termos do art. 27, §2º, da Lei distrital nº 4.611/2011, do art. 9º, §10, do Decreto nº 35.592/2014 e do subitem 8.7 do Edital ([73714119](#)), a fim de sanear a falha procedimental em questão e preservar a proposta economicamente mais vantajosa para a Administração Pública. Caso não haja a comprovação da exigência editalícia, o recurso ora sob apreciação deverá ser provido, para inabilitar o CONSÓRCIO MC.

26. Ao ensejo, alerta-se que os administradores podem adotar solução diversa da ora preconizada, bastando que o façam em ato motivado<sup>5</sup>. Ressalta-se, ainda, que a decisão do gestor que desconsidera parecer da consultoria jurídica, sem a devida motivação, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-Lei nº 4.657/1942), revelando desempenho aquém do esperado do Administrador médio e configurando culpa grave passível de multa<sup>6</sup>.

27. A atuação desta Diretoria Jurídica se encerra nessa fase do procedimento, tendo em vista que foram propostos os ajustes que se considerava necessário, bem como a possibilidade de que o gestor certifique nos autos o atendimento dessas recomendações. Nada obsta, entretanto, que, caso julgue necessário, formule consulta fundamentada visando ao esclarecimento de dúvida jurídica específica." (grifos nossos e originais)

Ante o exposto, **ACOLHO** o entendimento exarado pela Diretoria Jurídica (Doc. SEI/GDF nº [80228467](#)), e com fundamento no art. 24 da Lei nº 12.462/2011, **DECIDO** pela **abertura de diligência a fim de que o CONSÓRCIO MC seja notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, apresente a(s) entidade(s) preferencial(is) que irá subcontratar**, nos termos do art. 27, § 2º, da Lei Distrital nº 4.611/2011, do art. 9º, §10, do Decreto nº 35.592/2014 e do subitem 8.7 do Edital (Doc. SEI/GDF nº [73714119](#)), a fim de sanear a falha procedimental em questão, bem como de preservar a proposta economicamente mais vantajosa para a Administração Pública.

Sendo assim, restituo os autos para as providências necessárias visando o cumprimento da referida diligência de saneamento.

**FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE**

Diretor-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE** - Matr.0973488-0, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil,

em 16/02/2022, às 14:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **80239456** código CRC= **7900F134**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF

3403-2310

00110-00002590/2020-83

Doc. SEI/GDF 80239456

Criado por [84009733051](#), versão 11 por [84009733051](#) em 16/02/2022 14:23:50.